



Relatório da Terceira Edição dos
**“Diálogos Governo - Sociedade Civil:
Brasil Sem Miséria”**





A terceira edição dos “Diálogos Governo - Sociedade Civil: Brasil Sem Miséria” foi realizada em Brasília em 7 de março de 2013 e envolveu representantes do Governo Federal e lideranças de movimentos sociais. O objetivo do encontro foi propiciar mais uma vez à Sociedade Civil este canal de acompanhamento das ações do Plano Brasil Sem Miséria, permitindo o aprofundamento do debate sobre os avanços e desafios da estratégia brasileira para superação da extrema pobreza em todo o território nacional. Realizados desde o começo do Plano, em 2011, e inicialmente concebidos para ocorrer anualmente, os “Diálogos” passaram a ser semestrais em 2013, atendendo à demanda de vários representantes da sociedade civil organizada. A semestralidade torna os “Diálogos” uma instância de interlocução mais frequente, reforçando sua função como instrumento de transparência e participação social no Brasil Sem Miséria e acentuando o processo de troca de opiniões, bem como o acolhimento das sugestões e críticas dos movimentos sociais.

A terceira edição ocorreu em turno único, com programação centrada na discussão de resultados, novidades e perspectivas do Plano. Dentre as realizações debatidas no evento, houve destaque para o fato de que em dois anos o Brasil Sem Miséria retirou 22 milhões de brasileiros da extrema pobreza. Foi o fim da miséria, do ponto de vista da renda, entre os beneficiários do Bolsa Família. Mas ao mesmo tempo foi só um começo, porque representa apenas parte de uma estratégia que vai muito além da questão da renda, envolvendo políticas de saúde, educação, trabalho, assistência social e muitas outras.

Participaram dos “Diálogos”, em sua última edição, mais de 200 pessoas, sendo aproximadamente metade delas representantes de diversos segmentos: movimentos do campo e da cidade, incluindo organizações não-governamentais, conselhos, comissões, confederações e fóruns nacionais. Eles representam povos e comunidades tradicionais, populações específicas, entidades religiosas, de gênero, da primeira infância, centrais sindicais, confederações patronais e organizações empresariais, entre outros setores da Sociedade Civil. Os demais participantes eram representantes do Governo Federal.

Foram discutidas iniciativas voltadas à saúde, educação, assistência social, segurança alimentar e nutricional, trabalho, emprego e renda, habitação, entre outros temas, para uma série de públicos: primeira infância, mulheres, negros, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBTT, povos e comunidades tradicionais e grupos específicos (indígenas, quilombolas, povos de terreiro, extrativistas, ribeirinhos, entre outros), população de rua, catadores de materiais recicláveis etc. Também foram objeto de debate questões relacionadas ao trabalho infantil, homossexualidade e homofobia, inclusão produtiva urbana (especialmente no que diz respeito à qualificação profissional, com o Pronatec Brasil Sem Miséria, e a intermediação de mão-de-obra) e inclusão produtiva rural assistência técnica e capacitação profissional; transporte, armazenagem e comercialização da produção; e agricultura periurbana, entre outros



assuntos. A transversalidade e a articulação federativa das ações que caracterizam a luta contra a extrema pobreza perpassaram todo o debate, bem como a constatação renovada de que a participação social é fundamental nesse esforço.

O encontro foi aberto com pronunciamentos da Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, do Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e das demais autoridades presentes. Em seguida, a Ministra apresentou um balanço das ações do Brasil Sem Miséria e recentes medidas para superação da extrema pobreza no país (que estão no Anexo I – Apresentação do Balanço do Brasil Sem Miséria). Depois disso, foi aberto o debate, e os representantes da sociedade fizeram uso da palavra, cada um durante alguns minutos, sobre questões do interesse das organizações que representam. Ao longo do debate algumas respostas foram dadas pelos ministros e outras autoridades. A seguir, um registro sintético da discussão.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Adalberto Cleber Valadão

Afirmou que a parceria entre CBIC e MDS, iniciada em 2007 em torno do Programa Próximo Passo, visa à geração de oportunidades de inclusão social para famílias de baixa renda por meio da capacitação de trabalhadores para emprego na construção civil. Impulsionada por essa parceria, a CBIC promoveu duas campanhas: “Valorização do profissional da construção civil” e “Flores do canteiro”. Esta última valoriza a inserção das mulheres na construção civil, novidade que está mudando a “cara” dos canteiros de obras no país. Citou as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como uma “porta de entrada” para os beneficiários do Bolsa Família. Elogiou o projeto dos “Mega Feirões do Emprego”, que aproxima os trabalhadores que precisam de emprego dos empresários que necessitam de mão-de-obra qualificada, e sugeriu o fortalecimento desta iniciativa.

Temas: parcerias com a iniciativa privada, inclusão produtiva urbana, geração de emprego, intermediação de mão-de-obra

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLTT)

Carlos Magno Silva Fonseca

Afirmou que a homofobia é policlassista e se reflete em toda sociedade. É um problema invisível e “naturalizado”. Mencionou a importância do combate à homofobia e à discriminação da comunidade LGBTT, nas camadas mais carentes. Criticou o foco da política social, que considera recair sobre as famílias “heteronormativas”, esquecendo as homoafetivas. Segundo ele, 60 mil casais homossexuais foram identificados no último Censo Demográfico. Perguntou se há políticas voltadas às



famílias homossexuais e se existem dados sobre o atendimento das mesmas. Questionou ainda se existe registro de orientação sexual no Cadastro Único.

Temas: homossexualidade e homofobia; Cadastro Único

Movimento Nacional dos Pescadores (Monape)

José Alberto de Lima Ribeiro (“Beto pescador”)

Ressaltou a importância do Brasil Sem Miséria para a vida dos pescadores, não só pela melhora da qualidade de vida, mas também pela visibilidade dada a esse grupo que, como produtor de alimentos, está contribuindo para que o país saia da extrema pobreza. Afirmou que os pescadores artesanais estão insatisfeitos porque consideram que merecem ser mais ouvidos no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), mais especificamente no que tange à pesca da lagosta e do camarão, que exigem cuidados especiais. Algumas pescarias devem ser avaliadas e discutidas com o MPA para que possam crescer e se desenvolver. Disse que o momento dos “Diálogos” é muito importante para escutar a sociedade.

Temas: combate à pobreza; pescadores; produção de alimentos e extrativismo; diálogo com o MPA; participação social

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Dom Guilherme Antônio Werlang

Lembrou que a CNBB lançou o mutirão da superação da fome e da miséria pouco antes do início do Governo Lula. Agradeceu o esforço do Governo Federal e da ministra Tereza Campello no combate à fome e à miséria e no diálogo com todas as camadas da sociedade brasileira. Reconheceu a importância dos resultados do Brasil Sem Miséria e agradeceu pela abertura do governo à participação social. Ressaltou a transversalidade dos programas do governo, mas indicou que existem áreas que ainda resistem à articulação das ações. Citou as questões da pesca, dos quilombolas e dos ribeirinhos, especialmente com o avanço do agronegócio nas áreas onde esses grupos vivem e trabalham. Mencionou ainda a dificuldade de demarcação de áreas indígenas e quilombolas. Considerou um desafio para o governo resolver esses conflitos. Reiterou que a CNBB quer manter o diálogo franco e aberto com o governo brasileiro.

Temas: combate à fome e à miséria; transversalidade das ações de governo; participação social



União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes)

Manuela Braga

Parabenizou a Ministra Tereza Campello por seu trabalho e pelo destaque dado às mulheres no governo da Presidenta Dilma. Celebrou a oportunidade de conhecer os bons resultados do Brasil Sem Miséria, incluindo a ascensão social das famílias de baixa renda e o fato de as mulheres serem maioria no Pronatec. Demonstrou preocupação quanto à possibilidade de o Brasil Sem Miséria se tornar uma iniciativa de governo e não de Estado, com possível descontinuidade em outra administração. Ressaltou que, além da renda, as famílias que estão no Bolsa Família precisam ter assegurado seu acesso a direitos básicos como saúde e educação, ressaltando a importância das creches e da educação básica. Ponderou que a educação em tempo integral no Ensino Médio não prepara o estudante para a universidade, dizendo que há cerca de 60 mil escolas no sistema de ensino em tempo integral, mas com baixa qualidade. Defendeu que pelo menos metade das escolas tenham ensino em tempo integral de qualidade. Comemorou o acesso de milhões de jovens à capacitação do Pronatec, porém afirmou que esse ensino precisa ser de qualidade, não meramente tecnicista, e que deve refletir a realidade do país. Alegou que falta compromisso do Sistema S, que os professores do Pronatec na verdade são monitores, sem experiência prática e sem didática, e que falta estrutura para realização dos cursos, como laboratórios. Disse que é necessário haver mecanismos para fiscalizar os cursos, e defendeu a participação da Sociedade Civil no Conselho Gestor do Pronatec. Alegou que, uma vez que o Pronatec proporciona formação da juventude, é importante que a Ubes faça parte do Comitê Gestor. Disse que o ex-ministro Haddad havia prometido que eles participariam, mas a promessa não foi cumprida. Mencionou que a Conferência Nacional de Educação se aproximava sem que o Plano Nacional de Educação tivesse sido aprovado. Defendeu a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) e 100% dos royalties para a educação

Temas: combate à pobreza; mulheres; Bolsa Família; ensino profissionalizante (Pronatec); educação em tempo integral

União Nacional dos Estudantes (UNE)

Marcela Rodrigues

Afirmou que apesar de 10 anos ser um tempo histórico muito curto, mudanças relevantes, como as que foram apresentadas no evento, foram produzidas nesse período. Disse que os resultados do Brasil Sem Miséria são impressionantes. Mencionou a realização do Congresso da UNE em março, quando haveria atualização da sua pauta política, tendo em vista os novos programas em curso e os avanços alcançados. Mencionou o fato de que o Plano Nacional de Educação ainda não havia sido aprovado. Sustentou que o Plano de Expansão Universitária e o investimento na educação pública devem ser efetivamente implementados. Disse que



a UNE luta por um novo salto de qualidade na educação do país. Alegou que é necessário superar a dependência econômica do país para desenvolver os programas sociais. Reafirmou a disposição da UNE em contribuir, por meio da mobilização, para a expansão dos programas de extensão universitária, como o Projeto Rondon, que podem ajudar as famílias a saírem de situações de extrema pobreza e vulnerabilidade social pela via da educação. Afirmou considerar necessário ampliar a qualidade dos programas de extensão para que as universidades sirvam ao desenvolvimento da nação.

Temas: combate à pobreza; educação; extensão universitária

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)

Francisco Menezes

Disse que a erradicação da pobreza extrema é essencial para a sociedade e sua conquista deve ser celebrada. Criticou o patamar de 70 reais para superação da pobreza, principalmente em razão da elevação dos preços dos alimentos e da moradia. Sublinhou que a escassez de renda é decorrente de fatores subjetivos, de negação de direitos, de preconceitos e discriminações. Considerou um grande acerto do Plano Brasil Sem Miséria organizar sua atuação em três eixos. Afirmou que é importante ponderar os desafios e as dificuldades no que se refere ao acesso a serviços e à inclusão produtiva. Disse que, quando os programas e ações do Plano chegam ao nível local, as dificuldades aumentam e nem sempre permitem sua efetiva implementação, dadas a falta de estrutura e de compreensão das propostas nos municípios mais pobres, que acabam não aderindo. Mencionou a dificuldade de organizações sociais participarem de programas no nível local devido à inadequação de chamadas e editais. Alegou que sem a Sociedade Civil não se erradica a pobreza e mencionou a importância da participação social para o sucesso na execução do Plano.

Temas: superação da extrema pobreza, linha de extrema pobreza, eixos do Brasil Sem Miséria, ação no nível local, participação Social

Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do Governo do Distrito Federal - GDF

Thelma Regina V. de Mello

Registrou a dificuldade de diálogo com gestores locais, principalmente nos estados e municípios, o que dificulta a interação. Mencionou o problema de discriminação das crianças do Bolsa Família nas escolas. Sugeriu trabalhar melhor a capacitação dos trabalhadores da educação em direitos humanos para que reconheçam a importância do Brasil Sem Miséria e combatam o preconceito, re-



afirmando o papel do Bolsa Família. Lembrou a questão dos jovens de famílias pobres que cumprem medidas socioeducativas, oriundos de um contexto de falta de oportunidades e direitos. Considerou necessário aproximar o Sistema Único de Assistência Social (Suas) do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) para melhorar a qualidade do atendimento. Quanto aos catadores de materiais recicláveis, principalmente os que ainda trabalhavam nos lixões, ressaltou a necessidade de discutir a parceria público-privada (PPP) dos resíduos sólidos sob outra ótica, visto que ainda havia muito a ser feito. Disse que é necessário discutir o trabalho infantil no âmbito do Plano.

Temas: Bolsa Família e educação; jovens pobres em cumprimento de medidas socioeducativas; catadores de material reciclável; trabalho infantil

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

Antonio Lucas Filho

No que diz respeito à discussão da Política Nacional dos Assalariados Rurais, destacou que cerca de 65% dos mais de 4 milhões de assalariados rurais trabalham na informalidade. Disse que a informalidade é invisível às políticas públicas e que é necessário identificar e cadastrar esses trabalhadores, para que sejam incluídos nos programas do Brasil Sem Miséria. Muitas vezes eles não estão no Bolsa Família por falta de informação adequada. Agradeceu o apoio e o trabalho do MDS e ressaltou a importância da compra da agricultura familiar para a garantia da qualidade da merenda escolar, com segurança alimentar para as crianças e tranquilidade para as famílias. Demonstrou preocupação com o aumento do preço do diesel, que poderia ter impacto no preço dos alimentos.

Temas: assalariados rurais e informalidade; busca ativa; agricultura familiar; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU) e Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) - Povos de terreiro

Raimundo Konmannanjy

Disse que querem ser chamados de povos de terreiro e não de povo ou comunidade tradicional. Sublinhou a importância da inclusão produtiva rural e urbana e reforçou a necessidade de que as capitais brasileiras tenham condições de plantar alimentos e comercializá-los. Perguntou se existe algum documento, além da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que permita aos agricultores urbanos vender sua produção ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Mencionou o problema representado pelo crack. Atentou para a importância da luta contra a miséria e afirmou que,



para ter êxito, é preciso acabar com a seca. Alegou que os carros-pipa são objeto de “politicagem” e sugeriu a transposição de águas da Amazônia para o Nordeste. Demandou respeito à diversidade religiosa de povos de terreiro, candomblé, ciganos, indígenas e outros povos e comunidades tradicionais (PCT) nas creches. Demandou a construção de creches diferenciadas para os diferentes grupos religiosos. Disse que a situação desses grupos tem duas histórias, uma antes e outra depois do presidente Lula.

Temas: inclusão produtiva urbana e rural, agricultura periurbana, diversidade religiosa, povos e comunidades tradicionais, creches

Guarani-Kaiwoá Athy Guassu

Otoniel Ricardo

Parabenizou o governo pelo diálogo com a Sociedade Civil, afinal “somos nós que estamos construindo este país”. Perguntou qual seria a solução para a questão da terra e da miséria entre os indígenas. Disse esperar pela demarcação da terra que é sagrada ao povo indígena. Por isso informou que querem, a partir da questão da terra, refletir junto com a sociedade sobre o meio ambiente. Afirmou que o Guarani Kaiwoá é um povo perseguido, que registra muitas mortes: em 11 anos houve 600 suicídios e 300 assassinatos por causa da terra. Disse que querem respeito e valorização como cidadãos, porque são legítimos da terra e do país. Querem ter acesso à saúde e à educação de qualidade que reflita e se adeque à sua realidade. Não querem depender de coisas de fora, pois não adiantaria colocar comida que não é deles para eles comerem. Sustentou que é pela terra que se vai produzir e erradicar a miséria do povo indígena, que busca autonomia e sustentabilidade por meio de oportunidades e do fortalecimento de sua identidade. Disse que a sustentabilidade vem por meio de: família, artesanato, língua, cultura, ritual e construção de diálogo com o povo. Mencionou dificuldades para transporte e venda da produção e para obter sementes. Abordou a importância do papel das mulheres.

Temas: povos indígenas; terras indígenas; meio ambiente; saúde e educação indígena; transporte e comercialização da produção indígena; mulheres

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Joceli Andrioli

Reconheceu a importância e a qualidade do Plano Brasil Sem Miséria e apontou que um desafio para seu aprimoramento é a participação dos diversos setores da sociedade civil organizada. Afirmou que ainda há muito a ser feito para corrigir 500 anos de injustiça e nossa histórica desigualdade social. Falou sobre a



importância de implementar uma mudança irreversível, para que não haja retrocesso em relação à miséria – daí a necessidade das mudanças estruturais, de reforma agrária, educacional, tributária, no campo industrial e energético e de uma reforma política. Avaliou que são reformas fundamentais ao país. Apontou a existência de uma elite que é contrária ao Brasil Sem Miséria porque é contra os pobres. Mencionou a Tarifa Social de Energia Elétrica. Sustentou que é necessário construir aparatos sólidos de participação social.

Temas: reformas agrária, educacional, tributária, industrial, energética e política; participação social

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)

Alexandre Conceição

Disse que é fundamental retirar o povo da miséria. Afirmou que não basta transferir renda, não basta ter um cartão, a produção de alimentos é essencial para soberania alimentar. Mencionou a necessidade de água para produção, não só para consumo humano. Lembrou o compromisso da Presidenta Dilma de dar acesso à água no nordeste para uso da agricultura familiar, o que não está acontecendo, pois o agronegócio tem tomado conta dessa água. Sustentou que o acesso à terra é fundamental e que deve haver avanços nesse aspecto, pois, sem avançar na regularização, serão mais 500 anos de miséria. Disse que reforma agrária é essencial, com a ampliação de oportunidades de trabalho e de geração de renda que ela traz. O cartão (do Bolsa Família) é importante, mas o trabalho é o que dignifica as pessoas. Com o trabalho na terra é possível produzir alimento e gerar renda para as famílias e a comunidade. Ressaltou a necessidade de uma ação estruturante do Plano Brasil Sem Miséria para que as pessoas não voltem à extrema pobreza. Quanto à formação profissional, disse que o MST não aceitará que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) façam formação técnica para que os jovens camponeses sejam apertadores de parafuso ou cortadores de capim. Querem um formato que possibilite aos jovens se capacitar de forma adequada à sua realidade. Recomendou ao governo que pense num Pronatec do campo, adequado às condições e à realidade rural.

Temas: produção de alimentos; acesso à água; acesso a terra; inclusão produtiva rural; qualificação profissional no campo

Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)

Anderson Lopes Miranda

Ressaltou a importância de chegar aos “invisíveis”, como a população de rua, que precisa de uma política de assistência social, de saúde e de educação e do respei-



to da população. Disse que é necessário sensibilizar prefeitos e governadores para que o Brasil Sem Miséria chegue aos estados e municípios, e construir cadastro também para a população de rua. Falou sobre a necessidade de habitação (endereço) para registro dessa população no Cadastro Único. Ponderou que os grandes eventos (Copa, Olimpíadas) devem ser avaliados pelo Brasil Sem Miséria tendo em vista essa população, porque os estados estão despejando pessoas e expulsando a população de rua para a construção dos estádios. Sustentou que estados e municípios também devem ter centros de defesa dos direitos humanos da população de rua. Mencionou a questão do massacre não apurado de moradores de rua. Disse que há prefeitos expulsando a população de rua ou fazendo sua internação compulsória, confundindo população de rua com usuários de crack, e isso não é aceitável. Elogiou a iniciativa dos Centros Pop. Afirmou que guardas municipais ainda agridem a população de rua. Sugeriu a criação de um Disque 100 para a população de rua, para evitar a escalada da violência e os massacres. Pediu habitação para a população de rua e atenção do governo federal.

Temas: população de rua; relações federativas – papel dos estados e municípios; Cadastro Único – cadastramento da população de rua; grandes eventos; direitos humanos; violência contra a população de rua

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) **Severino Lima Júnior**

Registrou que são raros os momentos em que o movimento social tem a possibilidade de conversar francamente com o governo. Reivindicou condições dignas de trabalho aos catadores de materiais recicláveis e resíduos sólidos. Pediu que eles sejam qualificados para que as cooperativas de catadores possam prestar serviços de qualidade à sociedade. Sugeriu que os prefeitos recebam orientação, através de uma Carta aos Prefeitos, para a contratação das cooperativas de catadores. Mencionou problemas com a desativação dos lixões e com a situação dos catadores, que precisam de condições dignas de trabalho, e é isto que pedem, não querem deixar de ser catadores e sim ter melhores condições de trabalho. Denunciou a ação de grandes empresas que não querem reciclar o lixo, mas queimá-lo. Disse que atualmente há conflitos nas grandes cidades pela posse do lixo. Revelou preocupação com o fechamento de todos os lixões até 2014, como previsto na lei, porque os municípios não estão fazendo o que devem, principalmente no enfrentamento aos cartéis do lixo. Pediu que as cooperativas de material reciclável sejam preparadas para os grandes eventos e que eles sejam uma oportunidade para capacitar os gestores e os catadores e para contratar as cooperativas para prestar serviços à comunidade.

Temas: catadores de materiais recicláveis; qualificação profissional; grandes eventos; fim dos lixões



Rede Unitrabalho

Odécio Visintin Rossafa

Afirmou que lutas históricas estão se concretizando graças ao governo popular e democrático. Propôs que os equipamentos públicos de saúde e educação, em parceria com os da assistência social, cooperem na questão da busca ativa. Sugeriu que os grandes eventos sejam aproveitados para que os trabalhadores possam prestar um serviço qualificado à população. Pediu capacitações para agregação de valor ao trabalho. Disse que a Rede Unitrabalho envolve 100 universidades brasileiras. Cobrou ação das universidades na questão da transferência de tecnologia (à agricultura familiar) para que a venda dos produtos (de maior qualidade) e derivados (de maior valor agregado) gere maior renda aos trabalhadores.

Temas: intersetorialidade na busca ativa; qualificação profissional para grandes eventos; papel das universidades na assistência técnica para geração de renda no campo

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)

Valter Israel Silva

Parabenizou o governo pelo programa e pela inteligência utilizada a serviço dos mais pobres, e não para persegui-los. Demonstrou preocupação com a dura realidade da seca no nordeste, que se prolonga por três anos de estiagem. Disse que no ano anterior houve “seca verde” – com verde, mas sem capacidade produtiva. Neste ano nem começou a verdejar. Mencionou a grande especulação com o preço dos alimentos, fazendo referência à farinha e ao feijão. Disse que falta capacidade ao Estado brasileiro para trabalhar com políticas emergenciais e estruturantes de abastecimento e distribuição. Sustentou que o Governo Federal precisa ter capacidade de estocar alimentação animal e humana como forma de intervir na especulação do capital privado, ressaltando a necessidade de estruturar o sistema de armazenagem de alimentos no país. Argumentou que o alimento precisa ser colocado como questão de soberania nacional. Disse que o país precisa ter uma empresa pública robusta para dar conta da produção, abastecimento e armazenamento de alimentos, que poderia ser uma Conab mais estruturada, sugeriu uma “Conabrás”. Alegou que esta ação estruturante deve ser articulada com o Brasil Sem Miséria, caso contrário, “estaremos enxugando gelo”.

Temas: seca; produção de alimentos; políticas emergenciais e estruturantes de armazenagem e distribuição de alimentos



Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)

Wellington Teixeira Nunes

Disse que as políticas setoriais pensadas em Brasília não chegam ao Nordeste, pois as administrações estaduais e municipais não as levam. Que programas como o Minha Casa Minha Vida chegam aos gabinetes, mas não saem do papel. E que os movimentos sociais desconhecem os trâmites da questão habitacional. Falou do problema das famílias assentadas que são retiradas com truculência por causa da especulação imobiliária. Exigiu ações mais fortes contra a especulação. Cobrou a revitalização do São Francisco, mencionando que estão plantando cana na beira do rio, o que afeta diretamente as questões da habitação e da segurança alimentar. Lembrou que há grandes bolsões de miséria às margens do São Francisco. Disse que há discriminação dos movimentos sociais na Justiça, que manda retirar de áreas de preservação pessoas que estavam lá havia muito tempo. Alegou que o piso nacional da educação não chega ao país inteiro, gerando greves nas escolas do Nordeste e atraso na educação das crianças. Reiterou que os prefeitos precisam saber que há recursos para habitação e que o Governo Federal tem projetos.

Temas: articulação federativa; habitação no Nordeste; especulação imobiliária; revitalização do Rio São Francisco; educação no Nordeste

Instituto Nacional de Estudos Sócio Econômicos (Inesc)

Edécio Vigna

Ressaltou a questão dos recursos públicos e orçamentários, que são o principal meio de efetivação de direitos. Disse que deveria haver maior direcionamento dos recursos públicos para os programas sociais, e que a aplicação desses valores deve ser transparente nos três níveis de governo, com monitoramento pelos movimentos sociais. Destacou a importância da participação das organizações na construção do orçamento. Solicitou a regulamentação do repasse de recursos para o terceiro setor e mencionou o marco regulatório das organizações da sociedade civil.

Temas: transparência orçamentária; destinação de recursos para programas sociais; marco regulatório das organizações da sociedade civil

Rede Nacional Primeira Infância (RNPI)

Vital Didonet

Ressaltou a importância do Brasil Carinhoso, por incentivar a população mais carente a ter um cuidado especial com as crianças nos primeiros três anos de vida, essenciais para a formação da cidadania, dos valores de base, do desenvolvimento, da iniciativa e da criatividade. Mencionou a meta do Plano Nacional de Educação de assegurar vagas para 50% das crianças de 0 a 3 anos em creches,



lembrando que a partir de 2016 todas as crianças maiores de 4 anos devem estar na pré-escola. Demonstrou preocupação com o fato de que não há possibilidade de o Proinfância alcançar todas as populações. Disse que o Brasil Carinhoso criou incentivos financeiros para levar as crianças às creches. Ponderou que as creches comunitárias representam uma possibilidade de atender mais rapidamente à demanda por vagas. Quanto aos recursos do Brasil Carinhoso, mencionou que as vagas em creches conveniadas rendem suplementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) aos municípios. Porém não há garantia de que o recurso seja repassado a essas entidades conveniadas. Alegou que o atendimento nas creches não deveria ser uniformizado em todo o país e para todas as crianças, mas sim garantir o respeito à diversidade e às características culturais de cada uma, considerando sua realidade.

Temas: Brasil Carinhoso – creches; repasse de recursos de suplementação do Fundeb; qualidade do atendimento das creches; respeito à diversidade cultural nas creches

Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e Centro de Estudos e Discussão Romani (Cedro)

Maura Piemonte

Ressaltou o desafio de localizar populações específicas, em especial as comunidades tradicionais que, a exemplo da comunidade cigana, estão na extrema pobreza. Elas não têm endereço fixo, não têm CEP, e por isso deixam de usufruir dos programas sociais do governo federal. Mencionou os problemas de saúde enfrentados pelos ciganos, tal como a tuberculose, e a dificuldade de obter atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) pela falta de endereço fixo.

Temas: Povos e Comunidades Tradicionais, busca ativa, acesso a serviços, saúde



COMENTÁRIOS DA MINISTRA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

A Ministra Tereza Campello destacou que a extrema pobreza é um fenômeno multidimensional que vai muito além da transferência de renda, por isso o Plano Brasil Sem Miséria é composto por um conjunto de programas e ações que transcendem a questão da renda.

Com o Brasil Sem Miséria, a partir de março de 2013 não há mais famílias do Programa Bolsa Família abaixo da linha da extrema pobreza (70 reais por pessoa). E isso é só o começo, porque o objetivo é avançar a partir dessa e de outras conquistas. A renda é só uma referência, a agenda do Brasil Sem Miséria é muito mais ampla.

Sobre o conceito de família utilizado pelo Cadastro Único e pelo MDS, a ministra explicou que ele é amplo. Os registros do Cadastro têm como base o domicílio, por isso não se limitam ao conceito tradicional de família que pode ser monoparental, homoafetiva ou ter outra conformação. Contudo, o MDS está aberto à discussão sobre a necessidade de mais detalhamentos na marcação das famílias no Cadastro Único, se esta informação for considerada agregadora para as ações do Plano.

Na questão do pescado, concordou que ele é fundamental para a alimentação das famílias brasileiras e portanto a atividade da pesca artesanal deve ser desenvolvida e ampliada. Além disso, a Ministra considera importante avaliar a agenda de qualificação profissional do Pronatec Brasil Sem Miséria, e checar se os cursos voltados para o segmento da pesca são suficientes para atender a demanda do mercado.

Sobre os cursos do Pronatec Brasil Sem Miséria, afirmou que é importante cobrar qualidade e discutir, junto à sociedade, quais os cursos mais adequados para a vocação econômica de cada localidade.

Concordou que a universidade deve ser chamada a participar mais intensamente dos esforços para o combate à miséria. Isso ocorreu no início do Plano, mas, diante de várias outras frentes de atuação, acabou não avançando.

Ressaltou que a agenda de controle social nos municípios ainda é um desafio.

Destacou que houve avanços no trabalho junto às prefeituras por meio da ampliação da transferência de recursos e da criação de ferramentas com informações sobre a situação da pobreza e sobre as ações do Brasil Sem Miséria nos municípios. Além disso, houve mais participação dos representantes do Governo Federal em encontros e reuniões com gestores estaduais e municipais a fim de promover o bom andamento das ações do Plano.



No que se refere às ações dirigidas aos agricultores urbanos, explicou que a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) também pode ser emitida para produtores urbanos a fim de que eles possam vender sua produção ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Com relação à seca, disse que é preciso fortalecer os lugares onde não vai chover e estruturar mais os locais onde vai, para que os municípios prejudicados pelos danos causados pela seca possam ter melhores condições de lidar e conviver com ela.

Em relação às atividades produtivas no meio rural, a Ministra frisou que o Bolsa Família é importante para garantir os recursos básicos que permitam às famílias pobres, quer sejam agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas ou indígenas, investir na produção.

Destacou que o Brasil Sem Miséria pretende levar qualificação profissional também para o campo, e não só assistência técnica, já que o Governo não abre mão da oportunidade de oferecer cursos que sejam de interesse das comunidades, sem imposições. Já estão ocorrendo diálogos com esse intuito. Concorde com a ideia de que é preciso aprofundar a questão do Pronatec Brasil Sem Miséria no campo e avançar na agenda do trabalhador informal rural.

No que diz respeito ao atendimento da população de rua, disse que houve avanço, mas ainda há muito por caminhar. Destacou a criação dos Centros Pop e afirmou que é possível fazer o registro dos moradores de rua no Cadastro Único mesmo sem o CEP, mas admitiu que muitas vezes a rede de assistência social, responsável pelo cadastramento, pode estar desinformada sobre essa possibilidade, dada sua extensão, capilaridade e a rotatividade dos profissionais que nela atuam. Ressaltou ainda que é preciso mudar a natureza desse atendimento, reforçando a capacitação dos servidores para melhor acolhida do público do Brasil Sem Miséria.

Falou do incentivo à “Copa Limpa” e disse que a “Copa Inclusiva” é uma agenda que começa agora, e é preciso trabalhar para que se amplie.

COMENTÁRIOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MEC

O Secretário Executivo José Henrique Paim informou que o Ministério da Educação (MEC) mantém interlocução com a Ubes e que todas as entidades que fazem parte da rede do Pronatec passam por acreditação, para garantir a qualidade dos cursos ofertados.

Fez também uma explanação sobre a atuação do MEC na educação indígena.

Por fim, mencionou a agenda de construção de creches e também os esforços para que as creches comunitárias tenham padrão de atendimento adequado.



CONSIDERAÇÕES FINAIS DA MINISTRA TEREZA CAMPELLO

No encerramento dos trabalhos, a ministra destacou a importância de manter Diálogos permanentes com a Sociedade Civil, pois eles constituem uma oportunidade para reflexão e para a troca de múltiplas experiências e vivências que “nos inspiram e nos fazem ver coisas que não havíamos visto”.

Ressaltou que o Brasil Sem Miséria evidenciou a noção de que o Estado tem que chegar à população pobre e isso não acontece naturalmente. Daí o grande esforço do governo e da sociedade para encontrar e cadastrar, por meio da Busca Ativa, todas as famílias extremamente pobres ainda não localizadas e, assim, avançar no complexo desafio de superar a extrema pobreza em nosso país.

Segundo a ministra, os pobres não podem ser os últimos, têm que ser os primeiros a ser atendidos pelos serviços prestados pelo poder público.

Concluiu afirmando que, a partir deste ano, os Diálogos do Brasil Sem Miséria com os movimentos sociais, especialmente os envolvidos na temática do enfrentamento da pobreza, passarão a ser semestrais, atendendo demanda explicitada por representantes dos movimentos que têm participado desses encontros, no intuito de garantir o intercâmbio mais frequente e a transparência das ações do Plano Brasil Sem Miséria.



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

